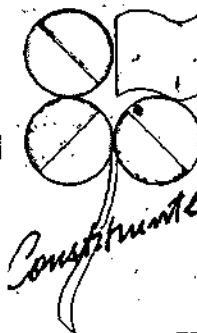


# pela Constituinte será lançada hoje em SP

Reportagem Local



A última vez foi em 1945. Os estudantes das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, pedindo pela volta do estado de Direito, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o fim da ditadura getulista. Hoje, quando o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, 49, acender a pira — símbolo da retomada da luta história — às 19 horas, no mesmo cenário, com a presença confirmada até ontem à noite de mais de cinquenta entidades, a campanha pela Constituinte voltará as ruas de São Paulo.

Será o segundo ato público pela Constituinte. O primeiro foi realizado sábado passado no subúrbio de Duque de Caxias, no Estado do Rio, promovido e organizado por d. Mauro Morelli, ex-bispo da Zona Sul de São Paulo. No ato de hoje são esperadas

mais do que as três mil pessoas que se reuniram na pequena praça carioca. Estarão presentes representações e entidades de matizes ideológicos tão distintos como a CUT e a Conclat; o sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo, o PT, o PDT e o PTB; o PMDB e o governo Montoro, a Igreja e o Cedec. "Prendemos um ato ecumênico que manifeste a vontade popular pela convocação de uma Constituinte capaz de produzir uma Constituição moderna e provida de conteúdo social e econômico", explica Thomaz Bastos.

A única unanimidade que permeia todos os participantes é a da necessidade de que se deva convocar a Constituinte. Bastos explica: a vantagem das divergências é que a partir de agora não se pode mais dizer o que deve ser a nova Carta. "Mas sim procurar através da mobilização popular encontrar-se o consenso que represente a real aspiração da sociedade." Acrescenta que a Constituinte "é o ponto de encontro das contradições e das divergências de toda uma sociedade".

Bastos antevê como saudáveis as prováveis divergências durante a campanha. "O que não se pode é usar

este argumento para impedir o início do processo de mobilização. Só através deste movimento é que se vai encontrar o verdadeiro conteúdo que a Constituição brasileira concreta vai ter."

Dois são os argumentos levantados contra a campanha. Primeiro, aprontar o povo para ela; segundo, remover o entulho autoritário de vinte anos. Bastos concorda. Entende que o exercício se dará na mobilização e que através dela se pode exigir do novo governo o fim de tudo o que diz respeito à limitação do acesso do cidadão ao direito.

A luta da Ordem dos Advogados do Brasil pela Constituinte é antiga. Em 72, na Conferência Nacional realizada no Rio, já se falava em reconstituição do País, ao mesmo tempo em que se denunciava o desrespeito aos direitos humanos. O tema voltou ainda mais forte em 75, em Salvador. Depois, em 77 em Curitiba, quando o notável Pontes de Miranda defendeu o estado de direito e o fim do arbítrio do Ato Institucional nº 5. Em 80, no Hotel Tropical em Manaus, o tema foi a liberdade. Em 82, em Florianópolis, justiça social. E, finalmente, em 84, em Recife, democratização. Antes, em 1977, foi da tribuna livre do Largo São Francisco que o professor

Gofredo da Silva Telles leu a "Carta aos Brasileiros" pedindo estado de direito já e denunciando a anarquia das instituições jurídicas brasileiras.

Há no meio político um excesso de zelo no trato da questão constituinte. E esta preocupação é ainda maior no que tange ao ato público de hoje. No Palácio dos Bandeirantes, por exemplo, até o final da tarde de ontem não se sabia de que forma o governo Montoro iria se representar no Largo São Francisco. Professor de Direito, político que se esforçou ao largo de sua carreira em se identificar com as conquistas jurídicas, o governador era aconselhado por um grupo de assessores a não participar pessoalmente. A razão: a proposta da OAB de uma Constituinte, aprovada no último congresso, coloca questões como o voto do analfabeto e a possibilidade de candidaturas avulsas, sem a necessidade de partidos políticos a respaldá-las.

Márcio Thomaz Bastos estabeleceu que o grande momento político será a chamada dos que estiverem presentes. Além disso, a palavra será franqueada — por um tempo não superior a cinco minutos — à quem quiser fazer uso dela. "Um bom começo", diz Bastos.

## Ecologistas dão idéias para participação ativa na campanha

Reportagem Local

As entidades e pessoas interessadas na defesa do meio ambiente têm o dever de comparecer hoje ao ato público pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, na Faculdade de Direito do largo São Francisco, "para que assim comecem a discutir e a participar das comissões que vão debater o problema da ecologia".

A convocação é feita pelo jornalista, escritor e ecologista Rossine Camargo Guarnieri, 74, da Organização Brasileira de Ecologia (Orbe).

Além dele, estarão presentes, com o mesmo propósito, o geógrafo Aziz Ab'Saber, o agrônomo químico Raul Ximenes, o engenheiro florestal Mauro Vitor e o advogado Marcelo Borges Nunes.

"Não há como resolver, por exemplo, o problema do índio sem que se lute para modificar o Código de Mineração, que concede ao governo a propriedade do subsolo e, assim, o poder de lavra e pesquisa onde bem entender, inclusive nas reservas indígenas", argumenta Camargo Guarnieri.

Ele dá algumas idéias: regularização da limpeza dos petroleiros para que os resíduos não poluam a costa brasileira; combate à "luta surda das construtoras" que destroem as áreas de mananciais; descentralização da agricultura com incentivo à produção local através de maior autonomia aos municípios: "Assim podemos evitar a migração interna porque aumenta a demanda do mercado e trabalho local e diminui o custo dos produtos, porque não haveria gasto com transporte".

"Temos que rever tudo isso com coragem. Enquanto a Câmara Fede-

ral abrigar representantes de banqueiros, latifundiários e representantes dos complexos industriais não se resolve nada. Só o povo organizado vai resolver", afirma Guarnieri. Além desses pontos, ele acha fundamental o combate ao uso do agrotóxico e a defesa do patrimônio artístico e cultural que vem sendo corroído pela lepra marmórea. E insiste que, para atingir os objetivos, é fundamental se organizar: "O poluidor está organizado, tem lei, dinheiro e a polícia que os protege. E não é com umas 'multinhas' que a situação vai mudar".